

Biblio3W

REVISTA BIBLIOGRÁFICA DE GEOGRAFÍA
Y CIENCIAS SOCIALES
Universidad de Barcelona.
ISSN: 1138-9796.
Depósito Legal: B. 21.742-98
Vol. XXII, núm. 1.221
25 de diciembre de 2017



Um convite ao debate sobre a cidade e o urbano

CARLOS, Ana Fani Alessandri (org.). *Crise Urbana*. Coleção
Metageografia. São Paulo: Contexto, 2015, 191 p. [ISBN: 978-85-7244-880-
2]

Lívia Maschio Fioravanti

Docente do Instituto Federal de Mato Grosso (IFMT)
livia.fioravanti@pdl.ifmt.edu.br

Palavras-chave: metageografia; crise urbana; produção do espaço; GESP.

Key words: metageography; urban crisis, space production; GESP.

Esta resenha apresenta o livro *Crise Urbana*, organizado por Ana Fani Alessandri Carlos e inaugurando o projeto editorial “Metageografia”. Composta por mais dois livros, *A cidade como negócio* e *Justiça Espacial e Direito à Cidade*, publicados respectivamente nos anos de 2015 e 2017, a coleção é resultado de anos de debate empreendido por pesquisadores motivados em compreender o mundo moderno e, particularmente, o espaço urbano. Grande parte dos autores de “Metageografia” está vinculada ao Laboratório de Geografia Urbana (Labur) do Departamento de Geografia da Universidade de São Paulo (USP), onde se realizaram os primeiros encontros e discussões que culminaram nas ideias expostas nesta coletânea.

As três obras já lançadas do projeto Metageografia são assinadas por autores que, embora tenham como ponto de partida objeto de pesquisas individuais, seguem preocupações teórico-metodológicas em comum. Dentre elas, esmiuçar os conteúdos de uma crise urbana prática e teórica e desvendar as contradições da produção do espaço diante dos processos de acumulação capitalista, fazendo emergir ao debate a urgência de uma renovação do pensamento geográfico. Em um momento no qual o pensamento crítico é residual, há neste livro a potência para que seja delineado um horizonte de superação,

tanto em relação a um novo modo de pensar o mundo e o urbano quanto em relação aos usos e apropriações renovados do espaço.

As questões colocadas em *Crise Urbana*, da mesma forma que nos livros seguintes da coleção, foram debatidas coletivamente em um processo sempre aberto ao diálogo e fortalecido com a formação do GESP (Grupo de Geografia Urbana Crítica Radical, gestado no Labur no ano de 2001)¹. Este primeiro livro do projeto editorial “Metageografia” traz uma crítica radical não somente à maneira como o espaço é produzido sob a égide do modo de produção capitalista, mas também à forma como geralmente ele é compreendido: de modo fragmentado, a partir das ciências parcelares e que muitas vezes se esquivam de questionamentos densos ao enxergarem na técnica e no planejamento urbano uma possível solução para a desigualdade e segregação espaciais. A partir de uma breve discussão sobre as ideias expostas por cada um dos nove autores, evidencia-se os elementos que tecem uma abordagem nos estudos sobre a cidade e o urbano cuja proposta se fundamenta em uma geografia urbana crítica e radical.

Todos os capítulos do livro *Crise Urbana* procuraram apreender, por meio do aporte teórico metodológico de Henri Lefebvre (mas não exclusivamente) e aberto pela obra de Marx, as contradições de um espaço que é ao mesmo tempo crucial tanto à reprodução capitalista quanto à própria realização da vida. Consideram, neste contexto, de modo imbricado os planos de realidade político, econômico e social aos estudos do urbano, tendo como eixo uma noção de “produção” que, longe de restringir aos aspectos meramente econômicos, envolve a produção da própria vida em um processo necessariamente espacial. Ora com foco nas renovadas estratégias de acumulação capitalista, ora enfatizando aspectos mais sensíveis da vida cotidiana, os autores se debruçam sobre a totalidade de um mundo eminentemente urbano. Ao trazerem maduras reflexões sobre a urbanização contemporânea na metrópole de São Paulo, os textos consideram o espaço como produção social e histórica e permitem elucidar conteúdos de um espaço urbano em constante e intensa transformação. Sem deixar de considerar as particularidades da realidade espacial brasileira e paulistana, as problematizações apresentadas oferecem elementos que permitem a reflexão sobre os fundamentos e os conteúdos dos traços gerais da urbanização capitalista diante de um crescente processo de mundialização.

A organizadora desta obra, Ana Fani Alessandri Carlos, é a responsável pelos dois primeiros capítulos: “Metageografia: ato de Conhecer a partir da Geografia” e “A reprodução do espaço urbano como momento da acumulação capitalista”. Neles, Ana Fani expõe o resultado de anos de pesquisa ao apresentar sua importante tese fundadora do que chama de metageografia e alicerçada em um movimento no qual o espaço é condição, meio e produto da ação humana. A autora aponta a contradição que se instaura entre o espaço que surge como condição da acumulação capitalista – em um processo no qual a propriedade é condição indispensável às estratégias do capital – e também como elemento essencial à vida, em seus conflitos, necessidades e desejos.

Também tece uma análise crítica sobre o movimento de reprodução do espaço, que passa não somente a ser produzido como mercadoria, mas também reproduzido como produto imobiliário nos circuitos de valorização atualmente sob a hegemonia do capital

¹ A apresentação do Grupo de Geografia Urbana Crítica Radical, detalhes do Projeto Editorial Metageografia, bem como parte da produção acadêmica de seus pesquisadores, pode ser acessada em <<http://gesp.fflch.usp.br>>.

financeiro. Além disso, a autora aprofunda os conteúdos da reprodução do espaço urbano como essencial às estratégias capitalistas em um processo inerentemente contraditório (na medida em que o espaço é socialmente produzido, mas sua apropriação é privada). As premissas teórico-metodológicas abordadas por Ana Fani a respeito da produção e da reprodução do espaço nestes dois capítulos anunciam ao leitor grande parte das ideias defendidas e detalhadas nos demais capítulos da obra. Nelas, são destrinchadas as contradições do espaço e os fundamentos da crise urbana, buscando o entendimento do mundo a partir do espaço e em uma perspectiva crítica e totalizante.

Os dois capítulos subsequentes aos de Ana Fani são contribuições primordiais aos estudos do urbano ao trazerem à tona aspectos da crise urbana já enfatizada pela autora, assinalando elementos teóricos (sem deixar, em momento algum, de considerar os conteúdos da prática socioespacial) que procuram avançar na compreensão da realidade e das contradições espaciais que lhe são inerentes.

César Simoni Santos, no terceiro capítulo, “A metageografia e a ordem do tempo”, oferece ao leitor a reflexão de que a produção da metageografia, como renovação do pensamento geográfico, exige uma crítica da própria historicidade. Neste sentido, o autor desvela o contexto teórico e social que levou à reinserção da centralidade do espaço no modo de compreensão da realidade, indicando a necessidade de rompimento com os paradigmas da modernidade, da lógica formal e estatista, bem como do progresso e da coesão espacial. César Simoni esclarece o modo pelo qual noções e categorias presentes nas obras de Lefebvre – como cotidiano; sociedade urbana; reprodução social – foram incorporadas ao debate na Geografia desenvolvida no final do século XX e apontam para a construção de um significativo salto teórico em direção ao projeto possível-impossível lefebvriano pela metageografia. Ou seja, um projeto que tenha como devir uma transformação da realidade pautada não apenas nas possibilidades dadas pelo presente, mas, sobretudo, no que atualmente aparece aos nossos olhos e práticas cotidianas como impossível.

Já Renata Alves Sampaio, no texto “A violência do processo de urbanização”, apresenta a violência urbana como categoria capaz de iluminar aspectos da produção do espaço urbano. Elucidando que o processo de urbanização capitalista é fundamentalmente violento, Renata realiza uma contribuição substancial ao desvendar dois conteúdos imbricados que o sustentam: a propriedade privada (e particularmente a propriedade privada da terra) e o papel do Estado, que perpetua relações desiguais de troca no nível da vida cotidiana em suas diversas dimensões. A instituição da propriedade privada dos meios de produção e da terra, conforme destaca a autora, levou à expropriação uma grande parcela da população como resultado inevitável de um processo, por essência, violento. Tendo como conteúdo não apenas os mecanismos que permitiram a instituição da propriedade privada, mas os próprios danos sociais, econômicos e sociais que lhe são decorrentes, essa violência trouxe consigo a impossibilidade da apropriação da riqueza produzida socialmente. Renata Alves Sampaio elucidada que a violência urbana (que não se confunde com a noção de criminalidade) como conteúdo desse processo expropriatório impediu a própria fruição do tempo e do espaço da vida social para a maioria dos trabalhadores. Essa desigualdade na apropriação da riqueza, por sua vez, alicerça-se por meio de uma “colagem” entre o político, o econômico e o social, na qual o Estado impõe e garante a reprodução das relações de troca desiguais na vida cotidiana, também violentas ao serem a todo momento perpassadas pela mercadoria.

Embora com diferentes perspectivas, os três capítulos seguintes apresentam com mais destaque conteúdos do processo de urbanização fundamentalmente violento debatido por Renata no texto anterior. Rafael Faleiros de Padua e Danilo Volochko abordam os processos de valorização do espaço e as estratégias de acumulação capitalista – que passam, necessariamente, pela propriedade privada da terra – assim como suas implicações na vida cotidiana. O primeiro autor desenvolve sua investigação a partir de espaços que passam a ser inseridos mais intensamente no eixo de valorização do setor imobiliário de São Paulo. Já o segundo, ilumina esses processos a partir das periferias da metrópole. Por sua vez, Simone Scifoni salienta que o patrimônio cultural, ao se constituir em mediação para a mercadoria espaço, pode acirrar a desigualdade já imposta pela propriedade privada da terra.

No texto “Espaços de desindustrialização na urbanização contemporânea da metrópole”, Rafael Faleiros de Padua problematiza as transformações nos espaços de desindustrialização da metrópole, ou seja, de antigas áreas industriais que passam, com a hegemonia do setor financeiro, a abrigar novos usos, como condomínios residenciais de alto padrão. Intimamente ligado às exigências dos processos de mundialização e de financeirização que inserem determinados fragmentos do espaço às dinâmicas de valorização, esse movimento tem implicações nas relações de sociabilidade e gera conflitos que se descortinam a partir da escala do lugar. Nota-se neste capítulo um claro movimento teórico-metodológico ao se partir do lugar, revelando o nível da vida cotidiana, para o entendimento dos conflitos entre o espaço destinado primordialmente ao valor de troca e aquele espaço vinculado essencialmente para o valor de uso.

Rafael F. de Padua discute a fundo como, por meio de discursos que legitimam a implantação de estratégias econômicas em grande velocidade e magnitude, novos usos e práticas socioespaciais são impostos aos habitantes desses lugares da metrópole. É importante destacar que o processo de transformação do lugar descrito pelo autor não é restrito a São Paulo: antigos espaços industriais em várias outras metrópoles mundiais são inseridos aos circuitos de valorização imobiliária, tendo como consequência não apenas uma sensação de estranhamento vivida por aqueles que conseguem permanecer no lugar diante do processo de valorização do espaço, mas a produção de um espaço urbano tendencialmente cada vez mais segregado.

Em linha semelhante ao capítulo anterior, Danilo Volochko esmiúça transformações geradas pela inserção de fragmentos da metrópole às estratégias de incorporação imobiliária, as quais abrangem não apenas espaços no eixo de valorização da metrópole (como os espaços de desindustrialização, abordados por Rafael), mas também as periferias. Em “Nova produção das periferias urbanas e reprodução do cotidiano”, o autor é incisivo ao analisar a expansão dos investimentos imobiliários em direção às periferias, evidenciando a reprodução do que denomina de cotidiano desigual no movimento de uma produção habitacional destinada às classes de renda de menor poder aquisitivo.

Volochko encadeia escalas ao estudar, no movimento de reprodução das periferias e da segregação espacial, as imbricações de um processo mundializado de financeirização com as políticas habitacionais e um cotidiano imerso no consumo, no endividamento e nas práticas socioespaciais perpassadas pela desigualdade. O autor avança no debate ao demonstrar que a urbanização como momento crucial da reprodução do capital pode ser desvelada de modo concomitante tanto pela ordem distante (isto é, o Estado, as

instituições e os processos regidos predominantemente pela lógica econômica) quanto pela ordem próxima (a vida cotidiana, as relações de sociabilidade, o habitar).

A grande contribuição do capítulo de Simone Scifoni é considerar o patrimônio cultural, assim como a cultura, um dos elementos para uma leitura crítica da produção do espaço urbano. A partir desse pressuposto, a autora expõe o duplo e contraditório papel do patrimônio: organizado para consumo visual, sendo assim mediação para a mercadoria espaço e, simultaneamente, portador de símbolos, articulador e vetor de memórias coletivas que potencializam e possibilitam reflexões críticas sobre a história e o vivido. A autora detalha a maneira pela qual passa a se constituir em um alibi para os discursos de preservação de determinados lugares inseridos com maior intensidade às políticas de valorização do espaço.

Scifoni, ao sublinhar a natureza desigual do patrimônio, mostra claramente que, por um lado, a própria escolha do que é considerado patrimônio, bem como a preservação de determinados locais em detrimento de outros, reitera os processos de desigualdade e de hierarquização espacial. Por outro, o patrimônio enquanto objeto de demandas políticas de grupos sociais não hegemônicos, expressa-se como uma resistência ao processo de produção de um espaço amnésico, isto é, um espaço em constante transformação e que leva, como tendência, a uma perda de referências por parte dos habitantes da metrópole.

As várias facetas das constantemente renovadas e revigoradas estratégias de acumulação e reprodução capitalista – dentre elas, a realização do capital financeiro por meio do setor imobiliário – geram inexoravelmente processos de expropriação e espoliação. Como muito bem problematizaram os autores até aqui, a produção do espaço mercadoria e da cidade como condição da acumulação capitalista apenas é possível por meio da desigualdade e da existência de classes ou grupos sociais que não são inseridos ou se incluem apenas precariamente nesta dinâmica de criação e reprodução da riqueza. Na medida em que o acesso ao solo urbano na sociedade capitalista é mediado pela prioridade privada, nem todos podem pagar pelo acesso à moradia ou por um “pedaço de chão”. Além dessa necessidade elementar à vida humana (a moradia), outras também surgem como fundamentais: o habitar, o fruir, o uso dos espaços públicos. Neste sentido, a apropriação privada de um espaço produzido socialmente gera contestações e rupturas no plano social, em uma luta permanente pelo espaço de realização da vida.

Os três últimos textos do livro debatem com maior destaque as nuances da resistência às dinâmicas da produção de um espaço cada vez mais necessário à reprodução do capital. Tais nuances abarcam desde oposições em busca de melhores condições nos aspectos relacionados à vida urbana (como na moradia, no transporte, no lazer) a determinadas ações do poder público até questionamentos sobre a propriedade privada da terra, colocando em xeque os próprios fundamentos do modo de produção capitalista.

Glória da Anunciação Alves de maneira pertinente pormenoriza a contradição entre os processos de dominação e de apropriação do espaço, mais particularmente no centro de São Paulo. No capítulo “Transformações e resistências nos centros urbanos”, a partir da tríade valorização- desvalorização-revalorização, a autora detalha a construção de consensos sociais que legitimam a realização dos chamados projetos de revitalização urbana (como as operações urbanas). As ideias expostas no texto permitem refletir sobre as transformações espaciais nos centros de diversas outras cidades, as quais ocorrem por meio de processos muito semelhantes no que tange à tríade apresentada pela autora e à

legitimação de processos que inevitavelmente aprofundam as desigualdades e recrudescem a segregação espacial. Em sua crítica, Alves destaca que ao mesmo tempo mesmo em que o centro da cidade passa a ser inserido no eixo de valorização imobiliária da metrópole, também tem importante valor de uso aos comerciantes e moradores locais. Debatendo a produção das periferias e de centralidades na metrópole, a autora desvenda com sensibilidade as resistências às políticas de valorização do espaço empreendidas no centro.

A partir dos processos espaciais relacionados ao centro de São Paulo, Glória Alves destaca a ação do Estado que, por meio de instrumentos legais e urbanísticos, contribui para alavancar o processo de valorização e desvalorização dos lugares. Essa ação estatista também é ressaltada pelos demais autores em suas investigações. A produção de frentes de investimento imobiliário, com a transformação dos antigos espaços industriais abordados por Rafael Pádua ou por meio de pesado financiamento às incorporadoras vinculadas à construção de grandes conjuntos habitacionais nas periferias, conforme exposto por Danilo Volochko, também contam com uma indispensável ingerência do Estado na produção do espaço urbano. De modo semelhante, como nota-se no capítulo de Simone Scifoni, o Estado tem papel fundamental na consagração do que é ou não considerado como patrimônio ou, ainda, segundo Renata Sampaio, na própria reprodução das desiguais relações de troca capitalistas.

Já no capítulo “O conflito entre a propriedade privada capitalista e o uso indígena na metrópole”, Camilla Salles de Faria revela com maestria o conflito estabelecido entre a lógica capitalista (fundamentada na propriedade privada) e a lógica indígena (na qual o uso da terra é baseado em aspectos culturais, não passando, portanto, por termos monetários). Neste sentido, a resistência indígena vai além de oposições vinculadas a uma vida cotidiana subsumida aos diversos constrangimentos e coações da lógica da acumulação e alcança a própria luta pela existência em uma lógica que não seja a capitalista. Camila S. de Faria apreende de que forma a constituição da propriedade privada da terra teve como consequência a expropriação indígena Guarani em São Paulo. Tal processo levou à luta Guarani pela manutenção e retomada de suas terras, em uma resistência cujos conteúdos envolvem tanto a persistência, na própria sobrevivência e manutenção de aspectos culturais e simbólicos, quanto a própria apropriação (em um uso da terra contraposto à lógica capitalista).

Finalmente, o trabalho Fabiana Valdoski Ribeiro encerra brilhantemente esta coletânea. Sua crítica desmistifica a ideia da existência de uma resistência pura, uma vez que as resistências são permeadas de ambiguidades e contradições, podendo, inclusive, ratificar os fundamentos da produção capitalista do espaço. A resistência é, para Fabiana, intrínseca às relações de poder, podendo se apresentar desde a forma de questionamentos e de transgressões cotidianas até à de reivindicações mais amplas de movimentos sociais urbanos. Destrinchando o papel da propriedade privada da terra como fundamento da segregação espacial – o que impõe, em uma sociedade de classes, a impossibilidade do acesso ao solo urbano e à moradia para todos –, a autora, a partir do estudo de uma favela na zona sul de São Paulo, desenvolve hipóteses sobre a relação entre resistência e a produção do espaço, em um importante exercício teórico. Como hipóteses, Fabiana Ribeiro destaca que a resistência está sempre presente como inerente ao embate entre estratégias e desponta como obrigatória em uma cidade na qual a segregação é condição para a reprodução capitalista; é múltipla e se produz de acordo com os conflitos existentes; está permeada por ambiguidades e contradições; exige uma mobilidade na

cidade para o encontro, em um processo no qual se desperta a consciência do conflito; e carrega, como luta pelo espaço da apropriação, questionamentos sobre a homogeneidade que se pretende impor ao espaço por meio de novas morfologias que visam à reproduzir uma sociabilidade baseada na fragmentação e na distribuição desigual da riqueza e do poder. Por fim, como duas últimas hipóteses, a autora sublinha que a ação da resistência produz o espaço de conflito, com frequência perpassado por relações de alienação e fetichização do espaço; e que a resistência está necessariamente atrelada ao vivido, sendo somente por meio da vida social politizada que a consciência dos processos de produção do espaço pode ser constituída, contrapondo-se à desigualdade e à expropriação.

Assim como os volumes subsequentes da coleção “Metageografia”, *A Crise Urbana* suscita um debate teórico-metodológico necessário sobre a cidade e o urbano. Seja abordando as estratégias econômicas e políticas que realizam a acumulação capitalista, seja desnudando as resistências que eclodem do vivido e necessariamente existem e persistem no nível da vida cotidiana, as ideias expostas oferecem a possibilidade de uma nova construção teórica pela metageografia e de um novo projeto de sociedade, em um movimento incessante da *práxis*. A produção de um pensamento crítico (e a constante autocrítica que lhe é característica) traçada pelos pesquisadores do GESP e demais autores, assim como uma postura comprometida em relação ao trabalho acadêmico, surge como urgente em um momento no qual o conservadorismo arraiga-se com força não somente nas diversas instâncias política e econômica, mas na própria universidade – *lócus* por excelência da livre reflexão sobre a realidade. Constituindo-se em uma relevante contribuição aos estudos que investigam o mundo moderno e os inúmeros conteúdos de uma crise urbana (prática e teórica), os autores desta obra abrem indubitavelmente importantes caminhos para desvendar a produção do espaço em suas mais profundas contradições.

© Copyright: Livia Maschio Fioravanti, 2017

© Copyright *Biblio3W*, *Revista Bibliográfica de Geografía y Ciencias Sociales*, 2017

Ficha bibliográfica:

MASCHIO FIORAVANTI, Livia. Um convite ao debate sobre a cidade e o urbano. *Biblio3W*. *Revista Bibliográfica de Geografía y Ciencias Sociales*. [En línea]. Barcelona: Universidad de Barcelona, 25 de diciembre de 2017, vol. XXII, nº 1.221. <<http://www.ub.es/geocrit/b3w-1221.pdf>>. [ISSN 1138-9796].